

Ambiente: “Decrescimento”, proposta elitista

OUTRAS PALAVRAS

<http://outraspalavras.net/posts/ambiente-decrescimento-proposta-elitista/>

Por

[Vicenç Navarro](#)

– on 10/10/2013



Preservação da natureza tornou-se bandeira essencial para superar lógicas capitalistas. É triste vê-la associada a concepções que negam direitos sociais

Por **Vicenç Navarro** | Tradução: **Antonio Martins** | Imagem: **Sebastião Salgado**

Desde seu início, o movimento ambientalista teve duas vertentes ou versões. Uma assume que o maior problema relacionado à devastação da natureza deve-se ao crescimento demográfico, que, ao gerar o consumo de cada vez mais recursos, acabará tornando o planeta inabitável.

O autor mais conhecido desta tendência, que poderíamos chamar de malthusiana, é [Paul Ehrlich](#), que termina seu famoso livro *The Population Bomb* com este parágrafo: “A causa mais importante da degradação ambiental em escala planetária é fácil de localizar. A raiz do problema é que cada vez há mais automóveis, mais fábricas, mais detergentes, mais pesticidas, menos água, muito dióxido de carbono – porque há gente demais no mundo”.

Desta explicação da crise ambiental, Paul Erlich deriva sua proposta de solução baseada no controle do tamanho das populações. Esta versão aparece de muitas maneiras, e com distintos matizes. Costuma estar acompanhada pela teoria da limitação dos recursos consumidos – dentre eles, os recursos energéticos seriam um exemplo claro. A futura limitação de fontes de energia não renováveis tende a ser o caso citado como sinal de alarme, pelos autores pertencentes a tal tradição.

A outra versão do movimento ecologista já não identifica tanto degradação ambiental com crescimento das populações. Prefere focar no uso de tecnologias ou substâncias tóxicas ou contaminantes, que podem ser substituídas, independentemente do

crescimento da população. Um de seus expoentes foi [Barry Commoner](#), fundador do movimento ambientalista progressista nos EUA. Diferenciando-se da versão conservadora – caracterizada pelo determinismo demográfico – ele baseou suas propostas na mudança ou substituição dos recursos e tecnologia utilizados. Questionou a inevitabilidade da degradação ambiental, que Ehrlich considerava consequência do crescimento demográfico. Barry Commoner mostrou, como exemplo da reversibilidade do dano ambiental, a redução das emissões de CO², quando se troca os caminhões por trens, no transporte de mercadorias. A substituição da energia nuclear por fontes renováveis, como a solar ou eólica, é outro caso clássico.

Em vários textos, que se converteram em clássicos, Commoner analisou a contaminação atmosférica em diversos países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, mostrando que a variável mais importante para explicar a qualidade ambiental não era a população e sim a tecnologia utilizada. Países com população escassa podiam ser muito contaminantes; e países muito povoados não estavam fadados a devastar a natureza, pois podiam utilizar tecnologias que não afetavam negativamente o ambiente (Commoner, Barry “Rapid Population Growth and Environmental Stress” e “Population, Development, and Environment: Trends and Key Issues in the Developed Countries”, ambos publicados no *International Journal of Health Services*, Volume 21, 1991 e Volume 23, 1993). A população podia ser uma variável importante no crescimento da toxidade, mas o impacto da tecnologia utilizada era muitas vezes superior. Barry Commoner questionava o catastrofismo que costuma caracterizar a versão ecologista conservadora, referindo-se à melhora da condição das águas em diversos rios norte-americanos, resultado da regulação do fluxo de seus cursos.

Esta consciência levou Commoner a analisar por que algumas tecnologias eram mais utilizadas que outras. E isso o conduziu ao estudo da estrutura econômica e energética de um país. Concluiu que a estrutura de poder que sustenta cada tipo de produção é causa da degradação ambiental. Preocupava-o muito, por exemplo, a enorme concentração da propriedade das energias não-renováveis, que coincidia com a das renováveis. Daí surgia um grande problema.

As teorias do Decrescimento

Um paralelo semelhante pode ser traçado agora com algumas das teorias do “Decrescimento”. Num momento em que muitas economias não crescem, causando enormes danos, como desemprego elevado, aparecem teses econômicas para as quais o crescimento é, por natureza, maléfico, pois consome recursos que seriam finitos, cuja desaparecimento causará danos gravíssimos. Em contrapartida, o Decrescimento seria uma evolução positiva, forçando-nos todos a ser mais austeros no consumo. Como bilhões de seres humanos já vivem em condições de enorme austeridade, não fica claro que devem fazer seus países, exceto desincentivar que se consuma mais. A solução, portanto, seria aplicável aos países de grande consumo, comumente conhecidos como “países economicamente desenvolvidos”. É aí que se concentra a proposta de reduzir o consumo considerado desperdício de recursos finitos e insubstituíveis.

O problema é que esta proposta (tal como Barry Commoner criticava a Paul Ehrlich) assume erroneamente que há apenas um tipo de consumo e atividade econômica; e uma maneira de crescer economicamente. Não compreende, portanto, que o “crescimento” é uma categoria contábil, cujo caráter, genérico, diz muito pouco. Pode-se crescer

economicamente produzindo prisões e tanques de guerra; e pode-se crescer construindo escolas e investigando as curas para o câncer. Pode-se crescer construindo mais arranha-céus ou transformando as edificações já existentes, para que economizem energia e se tornem mais habitáveis. Ser anti-crescimento, sem qualificar o que se quer fazer, expressa um certo imobilismo, que prejudicará os mais frágeis na sociedade. É o que já observamos agora, quando as sociedades estão decrescendo.

A questão não está, portanto, em contrapor crescimento a decrescimento – mas em que tipo de crescimento, para que e para quem. As necessidades da população mundial são gigantescas. Exigir que o mundo deixe de crescer é negar a possibilidade de melhorar. Nem é preciso dizer que já existem recursos suficiente para permitir vida digna a todos os cidadãos do mundo. Tornar real esta possibilidade exigirá uma enorme redistribuição dos recursos – necessária, porém insuficiente, porque será preciso produzir mais e melhor, para satisfazer necessidades definidas democraticamente.

Esta redistribuição não passa necessariamente por uma redução do crescimento nos países desenvolvidos, como algumas vozes das campanhas pelo decrescimento sugerem. Na verdade, o tema relevante não é *o* crescimento, mas *o tipo* do crescimento. Substituir o transporte individual pelo coletivo, ou mesmo o carro movido a combustíveis fósseis pelo elétrico, não pressupõe crescimento *menor*, mas de *outra natureza*.

É isso que alguns defensores do decrescimento parecem ignorar. É necessário redefinir o que se entende por crescimento, mas parece-me errado assumir que há uma única forma de crescer e concluir, com isso, que o crescimento econômico é intrinsecamente negativo. Como também parece errado assumir que a inteligência humana – posta a serviço das necessidades da população, ao invés de ampliar a acumulação do capital – não possa redefinir os recursos materiais, de maneira que enriqueçam a qualidade ambiental do planeta, em vez de degradá-la. Já há muitos exemplos desta possibilidade, como bem documentou Barry Commoner.

Uma última observação. Nada do que disse deve ser interpretado como diluição de meu compromisso com a necessidade de tomar medidas radicais para prevenir a degradação ambiental. Aplaudo o esforço dos movimentos ambientalistas para conscientizar a cidadania sobre o grave problema criado pelo crescimento atual – pouco respeitoso, quando não hostil, à natureza, onde vivem as populações.

Mas este mesmo compromisso exige que eu seja crítico com as vozes que me parecem desejar nostalgicamente um mundo passado, negando a possibilidade do progresso. Há muitos anos, debati com Ivan Illich, criticando sua postura oposta à universalização dos serviços de Saúde — por considerar que negavam ao ser humano sua característica de ser autônomo, criando dependências em relação ao sistema médico. Este olhar para trás pode converter-se facilmente em mera atitude regressiva. É aqui que, temo, pode chegar este discurso anti-crescimento.

É preciso exigir outro tipo de crescimento – que responda às necessidades humanas e não à necessidade de acumular capital. Mas isso é muito diferente de paralisar o crescimento – o que seria um erro profundo.

Vicenç Navarro

Vicenç Navarro é professor catalão de ciencias políticas e políticas públicas na Universidad Pompeu Fabra, e na Johns Hopkins University. Tem sido conselheiro de diversos países, como Cuba, Chile e Estados Unidos, bem como da ONU e da OMS. Também é diretor do Observatório Social de España, onde coordena um projeto de pesquisa sobre o estado do bem-estar social.

Para compreender o “Decrescimento”

OUTRAS PALAVRAS

<http://outraspalavras.net/posts/para-compreender-o-decrescimento-sem-preconceitos/>

– on 05/11/2013



Movimento não é saudosista, nem anticivilizatório. Mas sustenta: sem rever padrões de consumo e produção, “progresso” resultará em desigualdade e devastação

Por Alan Bocato-Franco

Pouco frequente, ainda, no Brasil, um debate tomou corpo e expandiu-se rapidamente nos últimos anos, em paralelo ao desconforto com o capitalismo e seus impasses. Trata-se da ideia de “degrowth”. “Outras Palavras” abordou-o em diversos textos, no passado — mas deu-lhe destaque especial em 10 de outubro. Um [artigo](#) do cientista político catalão Vicenç Navarro criticava “algumas teorias” do degrowth. Em sua opinião, elas acabam reduzindo-se a um ambientalismo elitista e antissocial, ao sugerirem, diante de países em crise, a continuação das políticas de “austeridade”, que geram mais desemprego e desindustrialização.

O artigo de Navarro gerou importante polêmica, na seção de comentários dos leitores. “Outras Palavras” convidou um dos polemistas, Alan Bocato-Franco, a escrever uma réplica. O resultado foi melhor que a encomenda. Muito mais que polemizar com Navarro — com quem, aliás, parece compartilhar pontos de vista —, Alan traça, no texto a seguir, um importante panorama sobre a origem, sentido e história das teorias do “degrowth”.

É algo de enorme atualidade, num país que precisa encontrar uma síntese entre duas posições igualmente indispensáveis. Por um lado, as críticas cada vez mais frequentes a símbolos antes intocáveis do “progresso” — por exemplo, o automóvel, as grandes obras viárias e a multiplicação de projetos de geração de energia, desacompanhada de

uma análise séria sobre o consumo de eletricidade. Por outro, a ênfase na redistribuição de riqueza e na necessidade de assegurar condições de vida dignas à ampla maioria da população — o que exige, por exemplo, muito mais infra-estrutura (portanto, obras...) de transporte público, saneamento ou urbanização das periferias. (A.M.)

O movimento pelo decrescimento tem sido alvo de crítica recorrentes e repetitivas. De modo geral, acusam-no de tratar o crescimento econômico apenas em termos quantitativos, sem considerar suas variantes qualitativas. Além disso (ou por isso), afirma-se que seus defensores são malthusianos, porque propõem que a população e o consumo global sejam estabilizados, se não reduzidos. Seriam os decrescentistas saudosistas de um estilo de vida pré-civilizatório, por não reconhecerem que o progresso tecnológico libertou a população humana dos limites biofísicos da natureza e nos apresentou o progresso? Este artigo tem como objetivo dialogar com essas críticas.

A questão do crescimento

Há, no decrescimento, uma defesa explícita pelo aumento das atividades econômicas que fortalecem a saúde humana e a diminuição das que intoxicam a sociedade. Defende as atividades que causam impactos menos acentuados e a diminuição das que degradam o ambiente de modo acelerado. Defende ainda o aumento das que fortalecem a autonomia das pessoas, estreitam seus laços e distribuem renda e a diminuição das que alienam, fragilizam as relações sociais e geram exclusão. Mas os decrescentistas reconhecem que mesmo para as atividades econômicas qualitativamente diferenciadas os limites biofísicos do planeta persistem. Certamente a humanidade terá uma maior margem de manobra. Mas os limites ao crescimento econômico continuarão existindo.

A partir disto, a qualidade do crescimento econômico é relevante, mas secundário. O ponto principal é o paradigma do crescimento ilimitado. O decrescimento coloca em questão o modelo de sociedade, e as teorias de desenvolvimento que o sustentam, que tem o crescimento como condição fundamental para a “harmonia” socioeconômica ou, em outras palavras, a ausência de crise. Para o decrescimento, uma sociedade organizada sob o paradigma do crescimento ilimitado está fadada ao fracasso, pois é impossível crescer indefinidamente seja qual for a qualidade desse crescimento.

População, consumo e tecnologia

O decrescimento reconhece como verdadeira a equação $I=PAT$ formulada por Ehrlich. Essa referência aparece de modo pontual e periférico em algumas publicações do decrescimento (1). Ela nada mais diz que o impacto ambiental (I) tem relação direta com o tamanho da população (P), sua afluência ou consumo (A) e a tecnologia (T). Com base nela, os decrescentistas aceitam a conclusão de que a redução de (A) por suficiência e sobriedade, bem como a de (T) pelo progresso tecnológico não determinam a redução indefinidamente do impacto sem que a população seja estabilizada ou diminua.

Dessas três variáveis, o decrescimento foca sua crítica no consumo. E por isso, seus partidários são acusados de negligenciarem os avanços tecnológicos. A verdade é que o

decrescimento não nega que estratégias como reciclagem, diversificação da matriz energética e ecoeficiência sejam essenciais e devam ser estimuladas. Mas não as vê como soluções salvadoras do crescimento econômico ilimitado. Desta forma, reconhece a tecnologia sem a ingenuidade de acreditar que seu avanço seja prova de que a sociedade não deve se libertar da “gaiola do consumismo” (2). De modo que somente numa sociedade fora do paradigma do crescimento, que tem como base o consumismo, a tecnologia ganha alguma eficácia para conciliar atividade econômica e capacidade de carga do planeta.

Já a variável população está muito pouco presente na literatura e nos debates sobre o decrescimento (3). A redução da população é categoricamente entendida como uma falsa solução (4). Quando se trata de uma eventual regulação da população, ela deve ser igualitária e democrática, em vez de violenta e desumana, conforme propunha Malthus. Os decrescimentistas rejeitam a limitação do número de filhos e assumem uma transição demográfica por meio da emancipação das mulheres, da alfabetização e da democracia (5).

Diferentes raízes

O decrescimento não tem uma única raiz. Podem ser identificadas até seis fontes intelectuais do movimento (6) como: 1) ecológica; 2) pós-desenvolvimentista e anti-utilitarista (7); 3) sentido da vida e bem viver (8); 4) bioeconômica (9); 5) democrática (10) e; 6) justiça (11). Uma das influências intelectuais é Ivan Illich, que figura em duas dessas seis fontes (2 e 5). Uma das inspirações buscadas nesse autor está no processo de “coisificação” que consiste na transformação da percepção das necessidades reais em produtos manufaturados de massa. Ou seja, as necessidades reais das pessoas transformam-se na necessidade por produtos industriais: a sede se converte na necessidade de um refrigerante, a mobilidade se reduz à necessidade de se ter um carro e a saúde se transforma na necessidade de tomar remédios e suplementos comprados numa farmácia. Assim, a indústria passa a deter um monopólio radical sobre as necessidades humanas. A técnica industrial cria as necessidades fictícias para as pessoas, e sugere que apenas os bens e serviços produzidos por ela são capazes de atender essas necessidades.

Uma das críticas feitas pelo decrescimento e inspiradas em Illich recai sobre a hegemonia do sistema de saúde pautado numa abordagem industrial, individual, privatista e heteronômica. Isso não significa negar os avanços da medicina científica. Aponta-se, isto sim, a apropriação perversa da medicina pela indústria, que transforma a primeira em mero produto destinado ao consumo. Ao denunciar este processo, o decrescimento pretende contribuir para a democratização do acesso à medicina científica. Mais do que isto, denuncia a supremacia da prática médica em detrimento às outras formas de conhecimento e práticas de cuidado com a saúde. Isto implica em entender a saúde individual e coletiva a partir de múltiplas perspectivas. É ampliar o leque das possibilidades de cuidados, de modo que ao mesmo tempo aumenta-se a autonomia do indivíduo em cuidar de si, naquilo que for adequado. Em outros casos, defende-se acesso democrático ao serviço especializado.

Diferentes correntes

Sobre o tema do decrescimento, existem dezenas de livros, centenas de artigos acadêmicos, muitos blogs, inúmeros coletivos de experimentação prática, grupos de discussão, de pesquisa e de formação em países dos hemisférios Norte e Sul (12), inclusive o Brasil (13) que se auto-reconhecem como parte do movimento pelo decrescimento. Todos à sua maneira e entendimento vêm contribuindo para a construção das múltiplas identidades e entendimentos sobre o decrescimento. Há inclusive uma sistematização (14), que não abrange a totalidade dessa diversidade, que reconhece ao menos duas “vertentes” que se complementam: o decrescimento à francesa, que foca sua crítica à modernidade; e o decrescimento sustentável, mais alinhado com a disciplina Economia Ecológica. Assim, este é um movimento ainda em processo de formação e significação, sendo que qualquer crítica dirigida a ele baseada em apenas um único autor constitui um erro precário.

A novidade

Ao reconhecer e divulgar suas fontes intelectuais, o decrescimento assume que o debate que provoca não é novo (15). Desta forma, o decrescimento ao mesmo tempo, incorpora e articula movimentos e autores que já empreenderam críticas à modernidade, ao desenvolvimentismo, ao consumismo, à democracia, à impossibilidade de generalização do padrão de consumo dos países e das classes ricas e às desigualdades ecológica e social.

Mas o decrescimento abre perspectivas radicalmente novas, quando denuncia que, sem superar o paradigma do crescimento ilimitado, o crescimento das economias já desenvolvidas irá agravar as desigualdades globais. Além de explicitar que todas as teorias de desenvolvimento, sejam quais forem, tratam de como provocar mais crescimento econômico. Ademais, o decrescimento retoma o debate sobre a autonomia da sociedade com relação ao Estado e sobre a influência da razão contábil e instrumental das grandes burocracias públicas ou privadas. Assim, os decrescentistas rejeitam as falsas soluções que se focam apenas na gestão e na escolha dos tipos de recursos. Mais que isto, os decrescentistas buscam provocar mudanças de sentido, não só dos meios, mas também dos fins (16). Em suma, a novidade está no entendimento de que sem modificar a essência do modelo socioeconômico e dos valores pessoais não haverá saída.

—

1. KERSCHNER, C. Economic de-growth vs. steady-state economy. *Growth, Recession or Degrowth for Sustainability and Equity?*, v. 18, n. 6, p. 544–551, abr. 2010;

MARTINEZ-ALIER J. Environmental justice and economic degrowth: An alliance between two movements. *Capitalism, Nature, Socialism*, v. 23, n. 1, p. 51–73, 2012.

SORMAN, A. H.; GIAMPIETRO, M. The energetic metabolism of societies and the degrowth paradigm: analyzing biophysical constraints and realities. *Degrowth: From Theory to Practice*, v. 38, n. 0, p. 80–93, jan. 2013.

XUE, J.; ARLER, F.; NÆSS, P. Is the degrowth debate relevant to China? *Environment, Development and Sustainability*, v. 14, n. 1, p. 85–109, 2012.

2. JACKSON, T. Prosperity without growth: economics for a finite planet. London: Earthscan, 2009.

3. A questão da população, sobretudo relacionada às ideias de Ehrlich, considerado por alguns como um autor malthusiano, não é sequer citada em diversos livros sobre o decrescimento, em edições especiais de revistas acadêmicas dedicadas exclusivamente ao decrescimento ele tampouco figura entre as raízes intelectuais do movimento. Para verificação veja:

BAYON, D. et al. Decrecimiento : 10 preguntas para comprenderlo y debatirlo. [Mataró]: Ediciones de intervención cultural/El Viejo Topo, 2011.

DEMARIA F et al. What is degrowth? from an activist slogan to a social movement. Environmental Values, v. 22, n. 2, p. 191–215, 2013.

FLIPO, F. Conceptual roots of degrowth Proceedings of the First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity. Paris: Research & Degrowth, Telecom Sud-Paris, 2008

KALLIS, G.; KERSCHNER, C.; MARTINEZ-ALIER, J. (EDS.). Special Section: The Economics of Degrowth. Ecological Economics, v. 84, n. 0, p. 172–269, dez. 2012.

LATOUCHE, S. Pequeno Tratado do Decrecimento Sereno. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LATOUCHE, S. La apuesta por el decrecimiento ¿cómo salir del imaginario dominante? Barcelona: Icaria, 2009.

MARTINEZ-ALIER, J. et al. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. Ecological Economics, v. 69, n. 9, p. 1741–1747, 2010.

TAIBO, C. En defensa del decrecimiento : sobre capitalismo, crisis y barbarie. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2009.

4. Ver a subseção “Uma falsa solução: reduzir a população” do livro Pequeno tratado do decrescimento sereno, de Latouche (2009) – citado acima.

5. Ver o capítulo “El decrecimiento, ¿es malthusiano?” do livro Decrecimiento: 10 preguntas para comprenderlo y debatirlo, de Bayon e colaboradores (2011) – citado acima.

6. DEMARIA e colaboradores (2013) – citado acima

7. Algumas referências desta fonte intelectual são: os críticos do desenvolvimento das décadas de 1970 e 1980, como Latouche, Arturo Escobar, Gilbert Rist, Helena Norberg-Hodge, Majid Rahnema, Wolfgang Sachs, Ashish Nandy, Shiv Visvanathan, Gustavo Esteva, François Partant, Bernard Charbonneau e Ivan Illich. Inclui também os críticos inspirados por Marcel Mauss como Alain Caillé e outros membros do MAUSS. Além de outros autores como Karl Polanyi e Marshall Sahlins.

8. Algumas referencias desta fonte intelectual são Henry David Thoreau, Pierre Rabhi, Mongeau, Schumacher, Kumarappa e Easterlin.
9. Georgescu-Roegen, Herman Daly, Donella Meadows, Kenneth Boulding, E. F. Schumacher, Howard T. Odum e Elizabeth C. Odum
10. Algumas referências desta fonte intelectual são: Ivan Illich, Jacques Ellul e Cornelius Castoriadis.
11. Uma das referências desta fonte intelectual é Paul Aries
12. Demaria e colaboradores (2013) – citado acima
13. BOCCATO-FRANCO, A. A. O decrescimento no Brasil. In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. DO (Eds.). Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 269–288.
14. Martínez-Alier e colaboradores (2010) – citado acima
15. Para verificação: Latouche (2009); Bayon e colaboradores (2011) e Martínez-Alier e colaboradores (2010) – citados acima.
16. KALLIS, G. In defence of degrowth. *Ecological Economics*, v. 70, n. 5, p. 873–880, 2011.